

**POTÊNCIA, PODER E VIOLÊNCIA:
A PROJEÇÃO HEGEMÔNICA DO BRASIL NO INTERIOR DO DISCURSO
GEOPOLÍTICO MILITAR (1964 – 1974)**

ADRIANO MOURA DE OLIVEIRA*

Embora se comparada aos anos anteriores ao golpe, a produção geopolítica foi, em número de autores e trabalhos publicados, mais restrita, sua circulação no interior dos círculos militares – principalmente na ESG – assim como sua divulgação em diversos setores da sociedade civil foi de igual proporção e importância. O enfoque dos trabalhos geopolíticos pós-64, além da projeção mundial do Brasil, assentavam suas referências na posição estratégica do espaço nacional, nas potencialidades econômicas (tanto no campo da energia, quanto pelo produto interno bruto) e na capacidade industrial¹.

Nos anos 1960 até 1974, nos quais vigoram esse discurso, percebe-se, pelo menos no tocante à hegemonia territorial do Brasil, que nada se modificou, isto é, “como princípios religiosos” os fundamentos da grandeza nacional estiveram sempre assentados em nossa geografia². Apesar dos avanços nas formulações serem poucos, é inegável que com o advento do golpe, a crença de que estávamos mais perto de nosso destino se solidificou entre os círculos militares de onde emanavam as mais diversas

* Mestre em História Social pela PUC-SP com a dissertação *Crítica ao Discurso Geopolítico Brasileiro: do Golpe de Estado de 1964 às ilusões do Milagre Econômico (1964 – 1974)*, defendida em 2009.

¹ “Qualquer pessoa dedicada aos estudos geopolíticos, de qualquer nacionalidade, não pode deixar de reconhecer que somos donos de um país favorecido por características geográficas e humanas inerentes às grandes potências. Somos um subcontinente, nosso povoamento se processa em ritmo acelerado e nosso progresso econômico se expande “a olhos vistos”, em que pese a interferência de inúmeros fatores perturbadores. Constituímos uma admirável unidade nacional. Não se pode negar ao homem brasileiro qualidades de operosidade, engenho criador e resistência aos fatores adversos. Nossas falhas no tocante ao problema humano são questões que se resolverão pela educação e higiene, pois nossa argamassa humana é boa. Criamos uma nação mestiça, em que predomina o elemento branco, sem preocupações raciais e sem preconceitos de casta. Podemos nos orgulhar de ter forjado uma nação de 62 milhões de almas.” (Mattos, 1975, p. 117).

² Geograficamente, “continuávamos privilegiados” com nossa posição continental, e em termos populacionais, estávamos na década de 70 melhor favorecidos, ocupando o sexto lugar entre as nações no mundo, éramos o décimo em produção econômica, “Estes impressionantes dados estatísticos indicam realmente uma grande potência mundial – tema que tem sido vigorosamente defendido por brasileiros através de quase todo século XX” (Kelly, ESG, 1987, p. 18).

soluções de manutenção do crescimento, encorajando soluções geopolíticas particulares ao período histórico.

Dentre essas soluções, o desenvolvimento econômico iria despontar como a única forma de garantir estabilidade ao país. O poder nacional e os fatores geográficos, assim como a educação, a saúde, os meios de transporte e as comunicações, foram todos, sem exceção, analisados sob o prisma da segurança nacional e do desenvolvimento³.

Segundo os militares, as atitudes coercitivas do governo eram necessárias para a manutenção de um clima estável sem agitações sociais de qualquer espécie, uma tranqüilidade alcançada apenas com uma legislação forte e coercitiva, que pudesse diminuir as contradições internas. O discurso geopolítico toma para si essas determinantes que aparecem na forma de conceitos geográficos, como poder nacional e fatores geográficos, o poder nacional e a segurança, desenvolvimento, educação, integração e o poder nacional. Todos eles demonstram uma preocupação dos estudos - até então centrados nas relações externas - com os problemas internos.

Para os ideólogos geopolíticos de 64, o Estado deveria ser absoluto e para tal só o autoritarismo tornaria viável a possibilidade de atingir os objetivos nacionais de grandeza. Essa afirmação não era novidade, uma vez que os gestores do Estado ditatorial concebiam a sociedade nacional como despreparada para executar qualquer tarefa, atribuindo a si mesmos o papel de mais aptos para garantir a realização dos objetivos hegemônicos. Mas de fato o que significava uma potência mundial? Quais eram seus pré-requisitos? Como saber se o Brasil ocupava essa condição no cenário internacional? E qual seu poder real? Essas perguntas faziam parte do cotidiano da produção geopolítica ditatorial, expressas tanto nos *boletins e palestras* ministradas dentro da escola de guerra, quanto na produção externa da escola - representadas pelas revistas "*Segurança e Desenvolvimento*" e "*A defesa nacional*".

Em pequeno ensaio intitulado *Conceito de Potência Mundial*, publicado pelo departamento de estudos da ESG em 1976, o general Meira Mattos iniciou sua discussão propondo que o conceito de potência evoluiu constantemente no decorrer do

³ Não fugindo ao período de sua produção, os elementos construtores de ideologia de segurança nacional floresceram nos anos iniciais Guerra Fria e a bipolarização mundial proveniente. Contudo, e agora tratamos especificamente do Brasil, a partir principalmente da década de 60 houve uma inversão nesses conceitos referentes à guerra total, travadas entre os países, para uma guerra travada no interior das fronteiras - gerada por um inimigo a princípio desconhecido - e de caráter subversivo.

século XX. (Mattos, ESG, 1976, p. 117) *“Antes que os extraordinários progressos técnicos- científicos tivessem proporcionado ao homem os meios eletrônicos de comunicação, as velocidades supersônicas e os engenhos nucleares, o notável professor sueco Rudolf Kjéllen, considerado o pai da geopolítica, estabelecia como características de uma grande potência, três atributos: espaço, liberdade de movimento e coesão interna”* (Mattos, ESG, 1976, p. 117).

Para o autor essa conceituação é válida, pois é dela que partem as grandes linhas de pesquisa geopolítica sobre o caráter das potências; contudo o momento histórico no qual fala Kjéllen e o modo esparso que os conceitos – espaço e coesão – são apresentados não atendem às necessidades do discurso no período. Era necessária uma conceituação mais completa, que desse conta de colocar o Brasil em seu “devido” lugar na escala de desenvolvimento econômico e geográfico, sendo assim disse Mattos: *“Hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais; sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território”* (Mattos, ESG, 1976, p. 118).

A passagem acima apresenta para a geopolítica ditatorial um corpo “doutrinário” melhor desenvolvido e detalhado, principalmente no caso da afirmação do território como fonte de poder e projeção⁴. Se lavarmos em consideração que o discurso geopolítico de potência segue em três grandes vertentes: política, econômica e social, os critérios adotados por Organsky dão conta da vertente econômica. Não que exista um abandono dos outros elementos, porém o produto interno bruto é privilegiado como forma de estabelecer uma hierarquia nacional; portanto a variação do PNB dos países, marca a ascensão ou declínio de cada nação. Não é necessário ir muito longe para compreender o motivo da absorção dessas idéias pelos geopolíticos no período do milagre no Brasil.

As potencialidades geográficas, sem dúvida foram as determinantes principais que tornavam o Brasil, na visão geopolítica, uma nação poderosa. Quais sejam os critérios definidos de potência, primeira ou segunda classe, os militares destacavam

⁴ Existem inúmeras classificações – no discurso geopolítico como um todo - para estabelecer a hierarquia entre os países; muitas delas acham nas correntes brasileiras fã incondicionais, principalmente aquelas que enfatizam, como na citação acima, as capacidades do país. Entre os exemplos mais citados, encontramos as tipologias elaboradas por Hans Morgenthau, Nicolas J. Spykman e A. P. Kenneth Organsky.

apenas duas superpotências⁵ – EUA e União Soviética – como dignas de referência. Para a geopolítica, o quadro comparativo entre outros países era a melhor forma de situar a atual momento onde se encontrava o Brasil⁶. A função que assumiu esse discurso no período ditatorial era de justificador das ações políticas, econômicas e sociais centradas nas decisões dos governos em exercício; nesse sentido as carências metodológicas são explicadas, uma vez que o discurso serviu muito mais como uma “agência de propaganda” do que qualquer outra coisa.

Dessa forma a ideologia geopolítica de 64, como apresentado até aqui, se apegou, no que tange ao projeto de potência, aos dados estatísticos e comparativos que não revelavam nada de substancial. Um exemplo claro, ainda no universo comparativo, é o modo como a capacidade industrial, tecnológica e científica era analisada. Para Meira Mattos, enquanto Japão e a Europa Ocidental integrada já podiam ser computados como nações em estágios de mais alto nível, o Brasil, a China e a Índia se encontravam em plena revolução desenvolvimentista. O general, falando da década de 70, propunha que nos próximos 25 anos os dois países teriam que manter programas de desenvolvimento em ritmo acelerado e corretamente orientados, ainda que por caminhos opostos, disse o autor, “*enquanto a China segue o rumo do desenvolvimento socialista numa sociedade fechada, o Brasil se orienta pelo desenvolvimento capitalista sob controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta.*” (Mattos, 1975, p. 84). Isto é, manter o acúmulo de capital e a expropriação das classes subalternas intactas⁷.

⁵ E o Brasil, logicamente sempre voltado ao Ocidente, seria a nação potencialmente aspirante ao cargo; e justamente por ocupar um lugar de poder dentro da América Latina, suas responsabilidades seriam muito mais substâncias assim como as conseqüências de suas decisões, “*O Brasil, obviamente vai se tornar uma importante potência; aliás, em certo sentido já o é. Dessa maneira terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema internacional deseja ajudar a criar [...] com o poder vem à responsabilidade, e essa não pode ser enfrentada assumindo-se posições essencialmente retóricas*” (Brzezinski apud Mattos, 1975, p. 78 - 79).

⁶ Por isso a China (com um território de 9,59 milhões de quilômetros quadrados e 1,2 bilhões de habitantes) e a Índia (de 3.053 milhões de quilômetros e 1,6 bilhões de habitantes) eram os principais objetos comparativos, por serem candidatas à nações dominantes. O general Meira Mattos, valendo-se das categorias apresentadas por Organsky, chegou à conclusão que a cifra exata para o número de habitantes versus território, devia ser da ordem de 200 milhões de habitantes como o *quantum* mínimo para a grande potência contemporânea (Mattos, 1975, p. 83). A projeção calculada pelo autor, fazendo alusão aos dados divulgados pela ONU em 1975, prometia ao Brasil até o ano 2000, uma população aproximada de 278 milhões de habitantes, “*será, nossa população, um pouco menor do que a que abrigam hoje os 11 países da Europa Ocidental, em território equivalente à quarta parte do nosso*” (Mattos, 1975, p. 82 - 83).

⁷ Aspectos do milagre econômico ver ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Diante desse absurdo, o caso da Índia não foi esquecido, mas nesse ponto a comparação serviria a outros propósitos. O país era tido como uma sociedade fraca por não ter conseguido superar as limitações, assim chamadas, em relação às crenças místico-religiosas, promovendo uma sociedade estática e compartimentada em castas e superstições (Mattos, 1975, p. 84). Para os ideais geopolíticos, uma sociedade como essa, estava em desacordo direto com o que seria uma sociedade capitalista, tecnológica e civilizada, ou seja, nas palavras do general, “*nosso conceito de desenvolvimento é o democrático e encontra suas raízes na filosofia cristã*” (Mattos, 1975, p. 103).

Além da defesa ávida das relações de produção capitalista e dos objetivos mantenedores do Estado ditatorial, os dois documentos se relacionados ao caso indiano, revelam como a noção de autoritarismo é absorvida. Para o ideólogo, aquilo que diferenciava os dois países não era simplesmente o fato de o desenvolvimento capitalista vigorar aqui, já que também estava presente na Índia; porém no Brasil, mais do que as relações de produção, o capitalismo teria se enraizado no âmago dos indivíduos tornando-se a única forma possível. Isso só poderia ser alcançado através de uma unidade nacional ou coesão interna.

Os atributos geográficos por si só não bastavam, eram necessários garantir, através de um plano político autoritário, uma nação coesa que voltasse todos seus esforços a um objetivo comum, “*A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos devãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência*” (Mattos, ESG, 1976, p. 122).

Por unidade nacional, resumidamente, caracteriza-se um conjunto de normas e ações que visam à centralização e unificação, através do poder, de todos os setores sociais e físico-geográficos que compõem o Estado brasileiro. Nesse sentido, a unificação objetivaria o fim das diferenças sociais e regionais, o fim dos antagonismos entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e conseqüentemente criaria uma situação de paz social, necessária ao desenvolvimento (Departamento de Estudos, ESG, 1978, p. 27).

O mais óbvio seria pensar no conceito de unidade nacional centrado apenas nas instituições políticas, ou mesmo numa integração entre as regiões, porém o conceito de

coesão nacional ultrapassa, e muito, aquilo que comumente se possa referir. O discurso geopolítico enxergava o Estado brasileiro com um corpo dotado de vontade própria e pronto a se manifestar, contudo esse corpo, diziam os ideólogos, era composto por uma massa amorfa de indivíduos – que somente, se guiados e organizados - fariam funcionar as engrenagens do país.

Nessa linha de raciocínio criou-se um ramo dentro dos estudos geopolíticos, chamado de estudos psicossociais, restritos a investigação do caráter nacional ou do espírito de nacionalidade; em resumo a aspiração de manter social, econômica e politicamente íntegra a comunidade nacional. Uma sociedade só consegue êxitos efetivos quando adquire hábitos comuns, isto é, quando todos os indivíduos estabelecem laços que os unem em torno de algo maior; a partir desse reconhecimento as “massas”, até então disformes, tomam corpo e começam a fazer parte de um plano maior. (Rodrigues, A defesa nacional, 1958, p. 69). Estas são as origens das várias tentativas ou aproximações de estudo do caráter nacional. A crença de que todo povo tem um caráter específico que persiste através dos tempos e pode ser traçado através de toda sua história e em todos os ramos de uma civilização.

Essa forma de ideologia nacional implica, comumente, em glorificar o próprio caráter nacional e denegrir o caráter do inimigo. Muitos geopolíticos na década de 60 no Brasil apegavam-se, sem exame, a óbvios preconceitos dessa espécie. Outra parte imaginava a necessidade de uma cuidadosa indagação de tais crenças: rejeitando as formas mais grosseiras do preconceito nacional, mas sustentando que a existência de um caráter nacional não pode ser negada, embora não possam dizer exatamente seu significado.

Durante o regime militar, o entendimento completo sobre o caráter nacional significava estabelecer uma arma poderosa contra as “forças subversivas comunistas”, pois numa possível guerra psicológica os estudos sobre caráter nacional poderiam ajudar a controlar as populações, gerando crenças e objetivos comuns. Para tal, a primeira tarefa seria definir a expressão do caráter nacional de um modo claro e lúcido, isto é, atribuindo duas significações: a primeira indicando os padrões de conduta de um grupo como um todo, isto é, a natureza de sua organização incorporada em suas instituições, suas realizações coletivas e sua diretriz pública. A segunda, fundada em

estereótipos, correspondente às diferenças na distribuição de certos traços, ou talvez tipos, nos diferentes grupos, denominado pelos geopolíticos de caráter comum.

Sobre o primeiro ponto, o alvo de investigação era principalmente as instituições políticas do Estado:

“Dentre as várias alternativas que se abrem ao fenômeno da direção da comunidade nacional, desde o despotismo imposto pela força até a livre escolha de governantes temporários, parece-nos essencial, para a sobrevivência de uma nação, que atuem, com eficácia, as forças de equilíbrio. São estas forças que possibilitam a opção por regimes políticos mais abertos, afeiçoados ao diálogo, e que afastam as ditaduras de pessoas ou grupos, bem como o clima de tensões sociais e políticas, altamente danosas a vida nacional” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 22).

As instituições são vistas pela geopolítica ditatorial como inorgânicas, ou seja, provenientes de modelos estrangeiros e adotadas por iniciativa de elites dirigentes sem a participação efetiva do povo. Desse modo, as relações entre as instituições e o “povo”, operam numa balança desigual de poder; significa que as instituições têm muito mais influência no caráter do “povo”, do que o “povo” nelas. Sendo os indivíduos moldados de acordo com as necessidades das instituições,

“No império, vigoram as instituições parlamentaristas inspiradas no modelo inglês, embora à margem dos textos legais. Houve algo positivo, na implantação do parlamentarismo, porque representou uma conquista lenta do Congresso e das correntes políticas, contra métodos absolutistas do nosso primeiro reinado e dos governantes posteriores. Podemos afirmar, mesmo, que a abdicação de D. Pedro I e, posteriormente, a renúncia de Feijó estiveram relacionadas com essa luta pela adoção do parlamentarismo. Houve depois uma aceitação deste regime, que se foi desenvolvendo, ao longo do segundo Reinado, não obstante o alheamento do povo, marginalizado por falta de cultura política” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23).

A passagem acima indica um problema a ser resolvido, isso porque desde sempre, e o parlamentarismo representa esse exemplo, o povo esteve marginalizado da vida política – segundo os militares, não tanto por causa da forma de organização, mas

pela incapacidade cultural das massas (DE, ESG, 1970, p. 23) – o que levaria essa sociedade assim como suas instituições, a um grau tão profundo de incapacidade política, que as formas autoritárias de dominação se tornariam as possíveis opções.

“Tudo indicava que o regime parlamentar encontraria condições de aprimoramento, mas a sua evolução natural foi abruptamente interrompida pela República, que copiou o presidencialismo norte-americano. Tivemos então longa fase de domínio político de pequenas minorias, a que o povo permaneceu de fora, como tinha ocorrido, no Império. As eleições continuaram falseadas, sem exprimir a verdadeira manifestação da vontade popular. Enfim, a vivência de regimes importados e outorgados pela pequena parcela detentora do poder expressou a contradição entre democracia de direito e a oligarquia de fato. [...] a revolução de 1930 trouxe, como uma das suas principais conquistas, a reforma do sistema eleitoral, permitindo maior acesso do povo ao mecanismo político. Mas o Estado Novo anulou os efeitos dessa reforma, abolindo até mesmo a democracia nominal que praticávamos, e, desse modo, retardou ainda mais o processo de educação política do povo. Retirou-lhe as escassas oportunidades de conhecimento, interesses e participação nos assuntos do governo” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23 - 24).

Em resumo, o discurso propunha que até os anos de 1930 o povo esteve às margens das decisões políticas do Estado; seja por fatores externos ou incapacidade cultural, o fato apresentado pela geopolítica, é que a partir desse afastamento, parte do caráter nacional se moldou sob a aceitação das formas autoritárias. Segundo os ideólogos geopolíticos essa situação só teria mudado em 1945 com a restauração da democracia representativa, que permitiu certo grau de evolução, ainda que desordenada às instituições políticas e aos indivíduos (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 23). Dessa evolução, ainda pequena, se formaria uma vocação democrática no povo brasileiro – fruto de sua formação histórica cultural, sempre latente desde os bandeirantes (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24).

Entretanto o ciclo evolutivo ainda não estaria completo *“ainda havia muito personalismo e demagogia, enquanto a propaganda tendenciosa tumultua a evolução da autentica democracia política. Os partidos políticos continuam como grupamentos heterogêneos, sem conteúdo doutrinário e sem programação que possam disciplinar as*

correntes de opinião, estimular a educação política do povo e atrair parcelas da comunidade para o exercício da vida política” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24).

Não há dúvidas que para a geopolítica ditatória essa evolução da “vocaçã democrática” só iria se firmar com a “revolução de 31 de março”, evidenciando o caráter popular, *“preservando a tradição histórica, até então, ameaçada, assegurando assim as condições necessárias ao processo de livre florescimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade brasileira”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 24). Nada mais irônico do que um golpe de Estado ser o fomentador da democracia, mas facilmente compreensível se levarmos em consideração que as formas autoritárias e repressivas estão escondidas, no interior da ideologia, atrás da máscara da unidade nacional, e conseqüentemente um Brasil idealizado. Isso significa que:

“O Estado Revolucionário, sob o qual nos encontramos no Brasil, transitório como deve ser, se apresenta como produto da luta contra a anarquia que chegou a ameaçar os mais sagrados valores da nacionalidade. E como caminhamos para a estabilidade do nosso processo cultural, e não muito longe de atingir a maturidade social e política, vemos que o estilo de vida democrático e o regime político da democracia representativo se fixam na consciência do povo, como interesses, aspiração e caráter nacional” (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 25).

Do mesmo modo que, a partir das instituições “políticas”, o discurso geopolítico identificava uma vocação democrática para a nação, as outras instituições consideradas de suma importância – como a escola, a família e a igreja – representavam, cada uma a seu modo, um pedaço dessa unidade nacional. Nesse momento, o homem foi colocado no centro da ideologia, não como um agente ativo no processo formativo do caráter nacional, mas totalmente passivo e moldável. Desse modo,

“O homem vive e convive, principalmente, no lar, na escola, nos locais de trabalho, nas associações de classe, esportivas ou recreativas, e nos locais onde pratica os atos coletivos de fé religiosa. Em cada um desses grupos humanos, comporta-se de acordo com o conjunto de valores constitutivos de sua personalidade, herdada dos ancestrais ou adquirida ao longo de sua formação biopsíquica. Transmite idéias, sentimentos e conceitos integrados à sua individualidade por motivos de ordem biológica e psicológica, e assimila novas idéias, sentimentos e conceitos manifestados por outros indivíduos, na convivência do grupo. Esse complexo de pensamentos e atitudes, herdado e adquirido pelo indivíduo e transmitido sucessivamente entre os indivíduos que participam de cada grupo, conformam, ao longo da convivência, determinados hábitos, costumes e padrões éticos que, com o tempo, se organizam e se formalizam em princípios, normas e procedimentos coletivos. Em suma, que se institucionalizam.”
(Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).

Esquemáticamente⁸, a partir desse raciocínio, podemos dizer que o lar e a escola conformam as instituições sociais; o trabalho, as instituições econômicas; as associações de classe, as instituições políticas e os cultos as instituições religiosas, sendo essas os *“principais tipos de instituições, que resultam de cada um dos principais grupos de atividade humana”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).

Entretanto, para os ideólogos, o homem vive e convive sucessiva e concomitantemente no lar, na escola, no trabalho, nas associações e nos cultos, transmitindo a cada um desses grupos os valores de sua personalidade e recebendo a influência das outras personalidades. E se essas instituições se interligam e se

⁸ Cada um desses grupos conforma um tipo de instituições. Sendo assim, da convivência do grupo doméstico resulta a organização da família. Da convivência na escola conformam as instituições pedagógicas. A convivência nas associações, notadamente de classes, onde predominava a discussão dos interesses comuns e o objetivo de ordená-los e dirigí-los, dá lugar às instituições de tipo político. Por último, a vida dos grupos que tem fé religiosa institucionalizam a igreja (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 15).

interpenetram, elas também refletem a personalidade do povo. No caso específico do Brasil, *“de um modo geral, marcadas pelo individualismo, pela ausência de preconceitos raciais, por acentuado humanismo e pela tendência de acomodar pacificamente os conflitos de interesses”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 16).

Essa visão extremamente idealizada de uma nação brasileira próspera, liberta de preconceitos e isenta de conflitos sociais, não é mero ufanismo. Isso significava apagar, política e ideologicamente, os antagonismos sociais com aparatos repressivos e ideológicos, garantindo, desse modo, a ordem. Como já inferimos no pensamento geopolítico brasileiro, o conflito entre as classes não pode existir, pois esses embates contrariam as normas que devem reger a conduta da sociedade definida por suas instituições⁹.

Na visão geopolítica, as instituições moldaram, em grande parte, o caráter do povo brasileiro. Inúmeros seriam os exemplos que dão conta de explicar as principais características levantadas pelos ideólogos em relação ao país, seja por uma ausência de espírito público ou insolidarismo social, até mesmo pela acomodação e harmonia dos indivíduos. Por mais que os adjetivos atribuídos sejam muitos – e qualquer tentativa de exposição seja insuficiente – podemos perceber claramente que no período ditatorial, todos os elementos apontados como de caráter nacional se ligavam de uma forma ou de outra a defesa de uma sociedade capitalista e cristã.

Fazendo um levantamento, os aspectos positivos do caráter nacional se encontrariam organizados da seguinte forma:

“Uma sensibilidade nacional muito viva, que exige que as contribuições estrangeiras passem por um processo de abasileiramento; uma consciência muito alerta da esperança histórica. A coesão nacional representada por uma tradição política liberal (embora tenha sempre havido intervenção no plano econômico) e civil. A homogeneidade religiosa, de um

⁹ Por exemplo, ao tratar do papel da família na formação do indivíduo, começa a se delinear aquilo que seria essa “conduta ideal”, *“numa visão sintética e esquemática, as características essenciais da família brasileira, sem nos preocuparmos com alguns aspectos constatáveis nos centros urbanos mais populosos da atualidade, verão que ela é grande, unida, hierárquica e baseada no sentimentalismo, no casamento, na fecundidade e na autonomia. Pai autoritário e responsável, mãe doce e submissa”* (Departamento de Estudos, ESG, 1964, p. 17).

catolicismo muito flexível. O apego as tradições católicas. Na sua massa, o povo brasileiro é relativamente pouco sensível às ideologias, lento em revoltar-se e constitui, por excelência população fácil de governar [...]. Estímulo ao capitalismo, à racionalização da trabalho e a superação do passado colonial. O desejo de emancipação econômica e progresso social; o desejo de reformar as instituições sociais; e a tomada de consciência das possibilidades geográficas.” (A defesa Nacional, 1974, p. 87).

Sobre os aspectos negativos os seguintes itens são ressaltados:

“Restos da tendência para adiar para amanhã o que se pode fazer hoje. Instabilidade social e política, provocada pela luta entre as tradições da sociedade colonial arcaica e os elementos culturais do Brasil novo; a grande falta de quadros na administração e na política brasileiras; o reduzido número de adultos e o grande número de jovens tornam esmagadoras as tarefas da atual geração, em face especialmente do gigantismo dos problemas. O irrealismo das minorias dirigentes, que pode e deve ser corrigido pela capacidade de responder aos desafios, com soluções e não doutrinas.” (A defesa Nacional, 1974, p. 87 - 88).

Segundo os ideólogos, havia necessidade da formação, mesmo que imposta, de uma mentalidade de segurança nacional sustentada sob a satisfação das massas com o governo e pessoal. Desse modo, garantido esses dois elementos, as atitudes agressivas e revolucionárias do povo seriam incomuns e somente frações diminutas manifestariam simpatia por ideologias subversivas¹⁰ (A defesa Nacional, 1974, p. 88).

¹⁰ A subversão ou subversivos eram expressões usadas diretamente para denominar os “simpatizantes” ou “praticantes do comunismo”. Durante o regime militar essa nomenclatura, bastante usada e vinculada às esquerdas, servia não só aos movimentos ditos comunistas, mas como toda e qualquer manifestação popular que abalasse a ditadura ou o caráter do Estado democrático, liberal e cristão.

Já deixamos claro que para os geopolíticos de 64. a erradicação de focos subversivos era a primeira condição para manter o caráter nacional intacto, pois *“Em qualquer nação, como imperativo da própria vida em sociedade, existem problemas fundamentais de convivência que se corporificam e avolumam através da caracterização de interesses diversificados e antagônicos de pessoas, grupos e classes sociais. A solução desses problemas é variável e pode ser buscada por formas diferentes, desde a força até a persuasão, desde a violência até a conciliação”* (Departamento de Estudos, ESG, 1970, p. 26).

A violência vigora no discurso geopolítico não como uma última opção a ser considerada, mas sim a primeira. Tamanha a importância do tema que, em 1976 o departamento de estudos da Escola de Guerra organizou uma série de artigos que traziam no centro do debate os aspectos geopolíticos. Dentre a gama de temas discutidos (desde política, geopolítica e potência, conceitos psicossociais e etc.) a violência como forma de política e dominação era o ponto central dos estudos.

A Psicopolítica: Técnica de lavagem cerebral, essa era a ciência que segundo seu próprio autor, Kenneth Goff¹¹, seria um capítulo importante e pouco conhecido da geopolítica, porque forçosamente seria matéria reservada a um pessoal de alta especialização, a camada superior a saúde mental. Em outras palavras, nada mais que o controle por meio da coerção e da tortura. Escreveu o facínora *“ainda que de todo o castigo se consiga obter algum resultado, é mais certo que a meta e o fim de todo castigo é inculcar uma idéia de impedimento ou obediência nos castigados”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

“Desde tempos imemoráveis, cada vez que qualquer governante necessitava da obediência de seus súditos para impor seus fins,

¹¹ Assunto de grande controvérsia, mas ainda mencionado atualmente, é tratado em um documento publicado na década de 1950 quando, um após outro, foram publicadas várias edições de um livro conhecido como *Cérebro-lavagem: uma síntese do russo Textbook of Psychopolitics*. Ele sugere a criação das vítimas "artificiais de exaustão" por meio de drogas e da dor, antes do implante de doutrinas comunistas através de hipnose. O "Manual" foi reimpresso cerca de vinte vezes, e ainda mais frequentemente citado. A questão da sua autoria permanece controversa. Um curioso personagem, Kenneth Goff (1909-1972), sempre alegou que ele era seu único compilador. Goff era um membro do Partido Comunista dos E.U.A na década de 1930, mais tarde converteu-se para um protestantismo fundamentalistas. Ver referência em http://www.cesnur.org/2005/brainwash_13.htm

tinha que recorrer ao castigo. Assim sucedeu em todas as épocas da História. Hoje em dia, a cultura russa tem desenvolvido métodos mais seguros e definidos para recondicionar e conseguir a adesão de pessoas e povos e de exigir obediência. Este novo produto de um velho sistema se chamar Psicopolítica” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

Por mais que não se ignore a autoria desse manual, como já colocado na nota 105, a apresentação dele nos estudos geopolíticos servem a dois propósitos: em primeiro lugar a justificativa de uma política de repressão severa ao comunismo e em segundo, a absorção e reorganização dessas idéias de modo a atender as necessidades mais urgentes, apresentadas na década de 70.

Por mais que o nome possa aparentar, já se percebe que sua definição não é muito complicada, em suma a Psicopolítica é *“a arte e a ciência de obter e manter um domínio sobre o pensamento e as convicções dos homens, dos funcionários, dos organismos e das massas e de conquistar as nações inimigas por meio do tratamento mental”* (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126). Embutido nessa idéia, está a afirmação de que todo e qualquer procedimento ligado a segurança nacional, pode e deve – dependendo dos objetivos – não ter limites estabelecidos.

“(…) vemos que os procedimentos psicopolíticos são fruto natural de certas práticas tão antigas quanto o homem, práticas que são correntes em todo grupo humano existente no mundo. Portanto, nos procedimentos psicopolíticos não há problema de ética, já que é evidente que o homem sempre deve ser dominado contra sua vontade, para maior benefício do Estado, e forçado, por motivos econômicos ou doutrinários, a realizar a vontade e os fins do Estado” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125).

Basicamente, a proposta dessa idéia é afirmar o homem como um animal, “*ao qual foi dado o verniz na civilização*” (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 125). Tal como animais, esses homens, para protegerem-se de ameaças externas e internas à sua sociedade, formam grupos que devem sempre ser de guiados por uma minoria capaz. Isso pressupõe que os indivíduos que controlam os homens devem, portanto, possuir técnicas especializadas para dirigir os impulsos e orientar as energias do homem animal, para uma maior eficácia no cumprimento dos fins do Estado (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126).

Segundo o autor, pelo fato do homem ser o objeto principal nas relações de poder e dominação estatal, o estudo de Psicopolítica se subdivide em áreas de atuação dependentes umas das outras como: a constituição e anatomia do homem enquanto organismo político e o estudo do homem enquanto organismo econômico que pode ser controlado por seus desejos. Como o Estado é também central nessa composição, o segundo grupo de tópicos faz menção a esse ponto, desse modo aparecem os objetivos do Estado em relação aos indivíduos, as convicções relacionadas à obediência e em seguida o choque e a resistência como forma de dominação (Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 126).

Não é necessário ir muito além para saber que a justificativa para esse tipo de discurso encontra substrato nas políticas de segurança nacional em vigor no Brasil na década de 70. Não nos esqueçamos que as preocupações expressas muito antes por autores como Golbery, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Aurélio Lira Tavares acerca da segurança nacional, foram canalizadas e converteram-se na década de 60 e 70 principalmente, no centro das atenções da política nacional¹². Essas preocupações fizeram com que o Brasil se sentisse, pelo menos em termos estratégico-militares, identificado com os países do mundo ocidental, do qual, em fator do perigo comunista, dependia a segurança.

Contudo, como já afirmamos, tanto a visão desses autores como as expressas no discurso geopolítico, não são de um Ocidente concreto, mas sim uma idealização que incorporou valores democráticos e cristãos ditos enraizados nas gêneses desses Estados. Por sua vez, esses valores se tornam tão presentes e imutáveis que qualquer possibilidade de abalo, mesmo falsa, leva a atitudes drásticas, fazendo das concepções

¹² ALVES, Maria Helena Moreira, Estado e Oposição no Brasil, 1984.

autoritárias uma marca registrada desse pensamento. Diante dessa perspectiva o discurso geopolítico busca instrumento:

“A degradação e a conquista marcham juntas. Para conquistar uma nação, primeiro ter-se-á que a desmoralizar, seja mediante ação de guerra, seja dominando-a por meio de humilhantes tratados ou entregando seu povo à mercê dos exércitos inimigos. Sem duvida, a degradação pode realizar-se de forma mais eficaz e insidiosa mediante a difamação permanente e organizada. A difamação é a arma melhor e mais importante da Psicopolítica em geral. Tem-se que levar a cabo de maneira sistemática, uma campanha de difamação das instituições, dos dirigentes, dos costumes e dos heróis nacionais [...]. O objetivo da difamação e da degradação é o próprio homem. Ao atacar a personalidade e a moral do homem e ao provocar, por meio da contaminação da juventude, um ambiente de degradação geral, facilita-se gradualmente o domínio sobre a população.”
(Departamento de Estudos, ESG, 1976, p. 128).

Não há uma análise mais substancial que se possa fazer desse documento que não seja o fato de constituir-se uma verdadeira aula de tortura, os elementos ditatoriais e o desprezo pelo homem saltam aos olhos. Ademais, todos os elementos citados, como os dirigentes, heróis ou mesmo o modo como a contaminação da juventude foi colocada, revelam preocupações imediatas da cena histórica.

Fontes

BELTRÃO, Helio, Revolução e reforma administrativa. *In* Revolução evolução. Brasília: AERP, 1970.

CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walter de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARVALHO, Carlos Miguel D. de. Geographia Econômica do Continente Sul Americano. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927.

CASTRO, Theresinha de. América do Sul: Vocação Geopolítica. Escola Superior de Guerra, 1997.

COUTO E SILVA, Golbery do (General). Planejamento estratégico. Brasília: Editora UnB, 1981.

_____. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro José Olympio, 1981.

FEHLBERG, Carlos. A revolução e sua presença no sul. *In* Revolução e evolução. Brasília: AERP, 1970.

MATTOS, Carlos de Meira. Doutrina política de potência. *In* Revolução e Evolução. AERP, 1970.

_____. Brasil - Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

_____. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. Fundamentos Científicos da Geopolítica e sua Relação com a Teoria de Fronteiras. Revista da ESG nº 16, Rio de Janeiro, 1990.

_____. A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira. Revista da ESG nº 19, Rio de Janeiro, 1991.

_____. Fronteiras do Brasil Revista da ESG nº 20, Rio de Janeiro, 1991.

_____. A Missão das Forças Armadas na Perspectiva da Nova Ordem Internacional. Revista da ESG nº 23, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Reflexão sobre uma Estratégia Militar para o Brasil. Revista da ESG nº 24, Rio de Janeiro, 1993.

_____. A Geopolítica Brasileira - Predecessores e Geopolíticos Revista da ESG nº 39, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O Brasil e sua Estratégia. Revista da ESG nº 40, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Brasil e sua estratégia: Conceitos Doutrinários. São Paulo: Folha On-line, 2003.

_____. A Estratégia - Origens, Instrumentos, Desenvolvimento no Espaço e no Tempo. Revista da ESG nº 43, Rio de Janeiro, 2004.

_____. A Tese da Internacionalização da Amazônia. Revista da ESG nº 45, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Lysias. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

TAVARES, Aurélio Lyra. Compreensão de segurança nacional. *In* Tavares et al, Segurança Nacional, São Paulo: Serviço de Publicações da Fiesp, 1962.

TRAVASSOS, Mário. Estrutura geo-militar do Brasil. *In* Cultura Política 1. Rio de Janeiro, 1941.

_____. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1947.

Boletins da ESG – Cursos ministrados - Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra, departamento de Estudos. Divididos por ano de publicação:

Aspectos militares de natureza geográfica – aspectos de posição, extensão territorial, estrutura da área e clima, face aos problemas militares do país. General Oromar Osório. 1960.

Características Psicossociais do povo Brasileiro. José Honório Rodrigues. 1960.

A influência dos fatores geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1961.

Teorias geopolíticas. Tenente Coronel Octávio Tosta. 1961.

O poder nacional – fundamentos e fatores geográficos. Fábio de Macedo Soares Guimarães. 1962.

Estudos Estratégicos de Áreas Estratégicas. Coronéis Gastão Guimarães de Almeida, Yves Murillo Gonçalves e Mário David Andreazza. 1963.

Mobilização Nacional – logística, mobilização e fortalecimento do potencial. Coronéis José Tavares Bordeaux Rego, Fausto de Carvalho Monteiro e Ernani Ayrosa da Silva. 1963.

Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Militares. Coronel Antonio Andrade de Araújo. 1963.

Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Psico-Sociais. Antonio Arruda. 1963.

Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise sociológica. Alceu Amoroso Lima. 1963.

Interpretação dos interesses e das aspirações do povo brasileiro: análise econômica. General Edmundo de Macedo Soares e Silva. 1963.

O poder Nacional: Fundamentos e Fatores geográficos. Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães. 1963.

A estratégia no campo político. Ministros Jorge de Oliveira Maia e Manoel Henrique Almeida de Moraes. 1963.

Geopolítica e Segurança Nacional. General de Brigada Alfredo Souto Malan. 1963.

O poder nacional: conceitos básicos. Equipe do Departamento de Estudos 1963.

A ciência, a tecnologia e o poder nacional. Athos da Silveira Ramos. 1963.

Panorama da Economia Mundial: Posição do Brasil. Jaime Magrassi de Sá. 1963.

A situação continental: Os grandes problemas do continente Americano. Jorge de Sá Almeida. 1964.

Aspectos geopolíticos do Brasil. Tenente Coronel Octávio Tosta. 1964.

As Nações Unidas e sua atuação em face dos problemas mundiais: posição do Brasil. Carlos Calero Rodrigues. 1964.

Relações Brasil – Estados Unidos da América. Helio Cabal. 1964.

O Brasil e a América Latina: Interesses e relações. Lucillo Haddock Lobo. 1964.

Os interesses e as Aspirações do Povo – Os objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1964.

Aspectos da política econômica governamental. Roberto Campos. 1965.

Elementos Básicos da nacionalidade Brasileira – A terra. Aziz Nacib Ab Saber. 1965.

O Brasil e os Estados Unidos - Interesses e Relações. João Paulo do Rio Branco. 1965.

As Relações Militares entre Brasil e os EUA. Major James W. Totten – Exército dos EUA. 1965.

Geopolítica aplicada – Aspectos Mundiais e Sul-Americanos. Coronel Octávio Tosta. 1966.

O Brasil e a América Latina - Interesses e Relações. Fernando Simas de Magalhães. 1967.

Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Premissas de segurança interna e hipóteses de guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Aspectos modernos da guerra. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Aspectos modernos dos movimentos insurrecionais. Equipe do Departamento de Estudos. 1967.

Diferentes movimentos insurrecionais eclodidos nos diversos países da América Latina e suas possíveis repercussões no quadro da segurança nacional brasileira. Coronel Alberto Bandeira de Queiroz. 1967.

A História, a Geografia e o poder nacional. Ruy Vieira da Cunha. 1968.

Geografia e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1969.

Objetivos Nacionais Permanentes. Professor Ruy Vieira da Cunha. 1969.

Objetivos Nacionais Permanentes. Equipe do Departamento de Estudos. 1970.

A influência dos elementos geográficos sobre o poder nacional. Equipe do Departamento de estudos. 1972.

Os principais problemas internacionais com que se defronta o Brasil como potência em ascensão. General de Brigada João Jacobus Pellegrini. 1972.

Brasil: realidade e desenvolvimento. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

Os serviços estrangeiros de informações de segurança nos Estados Unidos da América, Inglaterra e França. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

A geopolítica e o poder nacional. Equipe do Departamento de Estudos. 1973.

Manual Básico – Fundamentos de Doutrina – Escola Superior de Guerra, Equipe do Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.

Liberdade e autoridade. Equipe da DAP. 1976.

Geopolítica – a geopolítica e a teoria da forma e do espaço dos estados. General Carlos de Meira Mattos. 1976.

Conceito de potência mundial. General Carlos de Meira Mattos. 1976.

A psicopolítica. Kenneth Goff. 1976.

A soberania nacional e suas limitações. James Marshall. 1976.

Geopolítica. Equipe do Departamento de Estudos. 1977.

Aspirações e interesses nacionais do Brasil. José Honório Rodrigues. 1978.

Características psicossociais do povo brasileiro – possibilidades e vulnerabilidades. José Honório Rodrigues. 1978.

Áreas estratégicas brasileiras de natureza geográfica. Coronel Antonio Luiz Rocha Veneu. 1979.

O quadro físico brasileiro. Speridião Faissol. 1979.

Características gerais da geopolítica e geoeconomia Nacional. Ferdinando de Carvalho.

O homem Brasileiro; formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária e situação demográfica. Luiz Felipe da Silva Wiedemann.

As instituições sociais políticas e econômicas. José Camarinha Nascimento.

Revista A Defesa Nacional – de Janeiro de 1963 até Janeiro de 1976. Edição bimestral.

Características psico-sociais do povo brasileiro (possibilidades e vulnerabilidades). José Honório Rodrigues. Março 1958.

As multinacionais e a Segurança Nacional. Tenente Coronel Ricardo Fernandes. mar/abr 1974.

Importância estratégica do Atlântico Sul na segurança e no desenvolvimento do continente americano. Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme Eugenio Barbosa Domont. set/out 1976.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Fishlow. Uma história de dois presidentes: A economia política da gestão da crise. *In* STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro (org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ARRUDA, Antonio. A escola superior de guerra: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, 1983.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. O Satânico Doutor Go: A ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Tese de mestrado defendida no Programa de Ciências Sociais da PUC-SP, 1999.

BACHA, Edmar L. e MALAN, Pedro S. A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo. In STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOARATI, Vanessa. A discussão entre economistas na década de 1970 sobre a estratégia de desenvolvimento econômico II PND: motivações custos e resultados, dissertação de mestrado apresentada à faculdade de economia, administração e contabilidade. São Paulo: USP, 2003.

BOBBIT, Philip. A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado-dependente e a teoria democrática. In STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. Diante da Guerra. São Paulo: Civilização brasileira, 1982.

CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina. Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CAUBET, Christian. Por uma (nova?) epistemologia da geopolítica, em Caubet et al, Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1990.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado – forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editoras Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

CHIAVENATO, Júlio José. Geopolítica, Arma do Fascismo. São Paulo: Global, 1981.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1976.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo Governo Vargas (1951 – 1954): democracia, partidos e crise política. 2ª. Edição. São Paulo: Ática, 1992.

DEL VECCHIO, Angelo. Política e Potência no regime militar brasileiro. In Revista Projeto História n. 29 tomo 1. São Paulo: Educ 2004.

DULLES, John W. F. Castelo Branco: o presidente reformador. Brasília: Editora UnB, 1983.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, Desigualdade e Poder na América Latina. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. A consciência revolucionária da História. In MARX, Karl & ENGELS, Friedrich: história. Coleção grandes cientistas sociais, n.36. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. Apontamentos sobre a teoria do Autoritarismo, São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. A revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Heloisa. Os militares como categoria Social.

FERRAZ, Francisco César Alves. A sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Unesp, SP, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. La Geopolítica y El Ejercito Brasileño. In BELTRÁN, Virgilo Rafael. El papel político y social de los Fuerzas Armadas en América Latina. Caracas: Monte Avila Editora, 1970.

_____. Conceitos Estratégicos da II Guerra Mundial ao pós-Guerra Fria, In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

FONSECA, Sandra Rodrigues Braga Machado da. Uma Introdução à Geopolítica Clássica: de Ratzel a Haushofer, II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o Cerrado no Século XXI” Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Geografia, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961 – 1989). Revista brasileira de Política Internacional 40 (1): 18 – 40, 1997.

GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GURGEL, José Alfredo A. Segurança e Democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HOBBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2003.

LAMOUNIER, Bolívar. O Brasil autoritário revisitado: O impacto das eleições sobre a abertura. In STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (vol.2). São Paulo: Difel, 1985.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Unicamp, 1993.

_____. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Universidade Federal de São Carlos. Artigo disponível em <http://www.2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>

MELLO, L. I. A. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. O poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia de segurança nacional no Brasil. Diálogos Latinoamericanos, n.5, Universidad de Aarhus, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1981.

_____. Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro. Revista de Cultura, v. LXXVIII, n. 10. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico, Tese Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1985.

MORAES, A. C. R. (org.). Ratzel. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. Geopolítica e o Brasil potência. Série monografias. São Paulo: UNESP, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angêla Maria Castro Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEREIRA, Maurício B. Estado Novo: a constituição das bases do partido militar e do projeto Brasil Potência. Premissas Caderno do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp v 15-16, 1997.

PRADO, Lúcio Lourenço. Monadologia e espaço relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

QUAINI, Massimo, Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAGO FILHO, Antonio. Os gestores do capital atrofico. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da PUC-SP, 1998.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da USP, 1996.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Napoleão Bonaparte – Imperador dos franceses – Duzentos anos (1804-2004). Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. *In*

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

_____. Estado, corporativismo, autoritarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

STEINBERGER, Margarethe Born. Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Educ/Cortez/Fapesp, 2005.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. História Militar de Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Introdução à geografia – geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VAISMAN, Éster. O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lucàcks. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, 1986.

VESENTINI, José William. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Editora Ática, 1987.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar/Enap, 1986.

VIVES, Jaime Vincens. Tratado General de Geopolítica. Barcelona, 1950.

WEFFORT, Francisco. Por que democracia? *In* STEPAN, Alfred Stepan (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.